V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598
Direitos sociais e políticas públicas II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/Unisinos/URI/ UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenador: Vladmir Oliveira da Silveira – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-257-6
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

Apresentação

Essa obra é fruto do intenso debate ocorrido no Grupo de Trabalho (GT) de “Direitos Sociais e Políticas Públicas II” realizado no V Encontro Internacional do CONPEDI em Montevidéu, entre os dias 08 e 10 de setembro de 2016, o qual focou suas atenções na temática “Instituciones y desarrollo em la hora actual de América Latina". Este tema norteou as análises e os debates realizados no Grupo de Trabalho, cujos artigos, unindo qualidade e pluralidade, são agora publicados para permitir a maior divulgação, difusão e desenvolvimento dos estudos contemporâneos.

Gustavo Dantas Carvalho e Carlos Augusto Alcântara Machado tratam da percepção internacional das políticas públicas de moradia do Estado brasileiro e a importância do Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ para o desenvolvimento nacional e efetivação do direito social. Já Claudia Cristina Trocado Gonçalves de Araujo Costa verifica as consequências trazidas pela Lei nº 12.990/2014 que assegura o direito a cotas aos candidatos que se autodeclararem negros ou pardos no ato de inscrição de concurso público.

Guilherme Emmanuel Lanzillotti Alvarenga investiga a declaração do estado de coisas inconstitucional na saúde pública brasileira e a celebração de compromisso significativo para efetivação do direito social. Ainda quanto à saúde, Pryscilla Gomes Matias avalia no Brasil e, subsidiariamente, no âmbito do sistema ONU, as principais medidas estatais e multitudinárias realizadas da década de 80 aos anos 2000 em busca do acesso à saúde, especificamente no que diz respeito à obtenção de medicamentos antirretrovirais (ARV).

Rogerio Luiz Nery da Silva e Darléa Carine Palma Mattiello trabalham o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e investigam se o trabalho digno resta assegurado eficazmente a essas pessoas. Por sua vez Jessica Hind Ribeiro Costa e Mônica Neves Aguiar da Silva fazem uma criteriosa análise da incompatibilidade entre a política de redução de danos e o modelo proibicionista incorporado pela Lei 12.343/06.

O artigo de Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa e Marana Sotero de Sousa apresenta o desenvolvimento econômico do setor rural a partir das políticas públicas de crédito desenvolvidas para a agricultura familiar e de que maneira políticas criadas para uma atividade agrícola específica podem acarretar reflexos positivos. Na mesma esteira sobre

agricultura familiar, Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer e Daiana de Lima Mito tratam dessa característica, mas com protagonismo da segurança alimentar nacional e a relação estatística com a diminuição da fome.

Maria Paula Daltro Lopes aborda a aplicação da justiça restaurativa como política pública criminal. Enquanto que Paloma Costa Andrade e Bianca Berdine Martins Mendes fazem uma análise comparativa da efetividade constitucional do direito social à educação nos casos Brasil e Portugal. E José Carlos Loureiro da Silva e Daniel de Souza Assis trazem reflexos sobre políticas públicas no setor migratório brasileiro.

Guilherme Martins Teixeira Borges aborda o direito humano à alimentação adequada como expressão do fenômeno da pobreza em sua dimensão social da privação das capacidades. Dorli João Carlos Marques e Elizabeth Cristina Brito Vale fazem um diagnóstico do bairro Jorge Teixeira da capital amazonense quanto as vulnerabilidades sociais que podem favorecer a violência intencional.

Por fim, Alline Luiza de Abreu Silva analisa o idoso, vítima pela violência intrafamiliar, e a viabilidade do counseling de grupo na Medida Específica de Proteção. E Alessandra Noremberg e Isabelle Pinto Antonello abordaram os direitos sociais da mulher dentro das políticas públicas no contexto brasileiro.

Boa leitura!

Prof. Dr. Vladmir Oliveira da Silveira – PUC-SP

VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE PODEM FAVORECER A VIOLÊNCIA INTENCIONAL: DIAGNÓSTICO DO BAIRRO JORGE TEIXEIRA

SOCIAL VULNERABILITIES THAT CAN PROMOTE VIOLENCE INTENTIONAL: JORGE TEIXEIRA NEIGHBORHOOD DIAGNOSIS

Dorli João Carlos Marques
Elizabeth Cristina Brito Vale

Resumo

A violência intencional que atinge jovens na idade de 15 a 29 anos tem crescido exponencialmente. Na zona leste da capital amazonense, o bairro Jorge Teixeira apresentou o maior índice de mortes intencionais no período de 2013 a 2015. Por esta razão, foi escolhido para piloto de um novo programa de governo, na iminência de ser lançado, com o desafio de reduzir as vulnerabilidades sociais que podem contribuir para o cometimento da violência ou a vitimização de pessoas. O diagnóstico do bairro auxilia na reflexão da necessidade de construir uma sociedade equânime.

Palavras-chave: Violência intencional, Vulnerabilidades sociais, Diagnóstico, Jorge teixeira

Abstract/Resumen/Résumé

Intentional violence affecting young people in the age 15-29 years has grown exponentially. In East zone of the Amazonas capital, Jorge Teixeira neighborhood had the highest rate of unintentional deaths in the period 2013 to 2015. For this reason it was chosen to pilot a new government program, about to be released, with the challenge of reduce social vulnerabilities that can contribute to the commission of violence or victimization of people. The diagnosis of the neighborhood helps reflection of the need to build an equitable society.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Intentional violence, Social vulnerabilities, Diagnosis, Jorge teixeira

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2014 um relatório com a temática prevenção global da violência, no qual apontou que 10% dos homicídios ocorridos no mundo foram cometidos no Brasil. As altas taxas de homicídios atingidas anualmente incitam o país a incluir as mortes violentas como pauta recorrente de discussão em diversas esferas sociais, incluindo-se do próprio governo.

Naquele mesmo ano o Estado do Amazonas foi o 18º estado mais violento do Brasil e a cidade de Manaus a 12ª capital mais violenta. Esse destaque extremamente negativo, mais uma vez traz à baila dos debates quais mecanismos têm sido adotados para frear o aumento assustador das mortes violentas intencionais na localidade.

Em torno de 79% das mortes violentas do Amazonas acontecem em sua capital. Notadamente, há uma concentração geográfica dessas mortes, que refletem em manchas em seu mapa territorial, os quais indicam as popularmente chamadas "áreas vermelhas". A taxa de mortes aceitável pela ONU é de 10 (dez) mortes a cada 100 (cem) mil habitantes. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas indicam que até o mês de setembro de 2015, o Amazonas apresentou a taxa de 31 mortes por cem mil moradores, enquanto que na cidade de Manaus esse índice sobe para 50.

O bairro Jorge Teixeira, fundado em março de 1989 e localizado na zona leste da capital, apresentou assombrosos 69 mortes para cada cem mil habitantes, portanto, o bairro mais violento do Amazonas. Com esse índice que salta aos olhos, o bairro foi escolhido para ser o piloto de uma nova política governamental intitulada "Programa Todos pela Vida" (TPV), ainda em fase de planejamento, mas que dá indicativos de uma atuação voltada para: a prevenção e o enfrentamento da violência letal intencional, redução das vulnerabilidades sociais relacionadas a violência e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

O novo programa será coordenado e articulado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), mas envolverá a grande maioria das secretarias e instituições da esfera estadual, além de prever a articulação de um trabalho em rede com a Prefeitura Municipal, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, iniciativa privada e Sociedade Civil Organizada. Para realizar o planejamento, implantação e monitoramento e avaliação da política, foi criada no âmbito da SEAS um núcleo específico, responsável diretamente pela pactuação interinstitucional e transversal, conforme exige a complexidade de atuação do programa. A fim de subsidiar a elaboração de programas, projetos e ações que atingissem cirurgicamente as possíveis causas da violência intencional, foi realizado o

diagnóstico situacional do Amazonas e do bairro Jorge Teixeira. A seguir neste artigo, refletiremos quais os aspectos das vulnerabilidades sociais encontradas podem vir a contribuir com a incidência das mortes violentas que acometem cada vez mais jovens, tornando-os mais suscetíveis a transformarem-se nos agentes causadores das mortes violentas, como também as principais vítimas dela.

Faz-se imprescindível destacar a abordagem da violência como um fenômeno complexo, multifacetado, e que igualmente requer estratégias complexas (e transversais) para o seu enfrentamento. A escolha da área de assistência social para gerir o programa, contrariando a obviedade da segurança pública é a tônica para uma discussão muito mais ampla das prováveis origens, e não somente as consequências desse fenômeno. Esse pode vir a ser um fator para o sucesso quando esse programa estiver funcionando, mas, a sua concepção por si só já traz um quê de entusiasmo quanto às possibilidade de melhorias que suas ações podem significar. Além disso, as SEAS costumam apresentar um vasto *know-how* na realização de um trabalho em rede de proteção e no atendimento sociofamiliar.

Não obstante, práticas exitosas consagradas internacionalmente e no Brasil convergem para uma evolução conceitual, e extremante prático, de segurança pública para o de segurança cidadã. A exemplo disso o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil lançou em 2013 a Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de Gestão Territorial Participativa, no qual apresentou "um conjunto de metodologias, instrumentos e ferramentas que visam apoiar e fortalecer os municípios no âmbito das políticas de prevenção à violência", em que apresentou-se detalhadamente as experiência desenvolvidas entre os anos de 2010 e 2013, nas três cidades brasileiras de Contagem (MG), Lauro de Freitas (BA) e Vitória (ES). O encarte dessa publicação é composto por sete volumes, mas, aqui destacamos especificamente o Diagnóstico integral e participativo, em que se é atribuído a valoração devida à participação comunitária em uma construção transformadora. Prática essa que se repetiu no Amazonas quando a SEAS desenvolveu um diagnóstico que reuniu informações de diversas bancos de dados oficiais e realizou o entrecruzamento deles, estimulando os órgãos e instituições produtoras de informações a deixarem de ser ilhas. Ainda que represente um avanço para a gestão pública estadual, aqui destacamos o protagonismo dos futuros beneficiários diretos do programa: os próprios moradores do bairro Jorge Teixeira, localidade escolhida para o piloto do TPV, que em diversas ocasiões foram representados pelas suas lideranças formais e não-formais, bem como por comunitários que realizam atividades em benefício de seus pares e da sua própria juventude, que também pôde compartilhar das suas percepções acerca desse tema que tanto tem afetado as suas vidas cotidianas: a violência.

2 DESENVOLVIMENTO

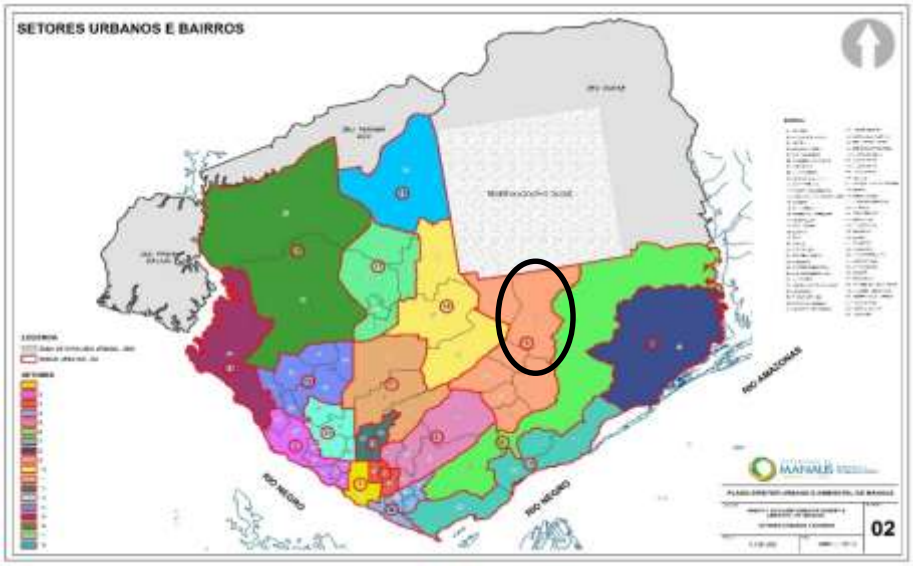
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO JORGE TEIXEIRA

LIMEIRA-SILVA e NODA (2010) destacam que "os grupos humanos que compõem essa região são, sobretudo, migrantes do interior do estado do Amazonas, de outros bairros de Manaus ou de demais estados brasileiros" atraídas pela possibilidade de empregos e motivadas pela oferta dos serviços públicos. Embora sejam legítimas essas expectativas, dificilmente o anseio por condições melhores de vida tem-se se concretizado. Destaca-se nesse período a ocupação solitária de poucas unidades familiares e o cultivo de produtos agrícolas para a subsistência:

> Em cenário de mata fechada, ao final da década de 1970, com a abertura de apenas alguns caminhos circunvizinhos ao ramal de madeireiro, o qual partia da estrada do Aleixo (principal via de acesso ao setor leste de expansão da cidade de Manaus) até a comunidade do Puraquequara, no rio Amazonas, figurava a área correspondente ao bairro Jorge Teixeira, com a permanência de não mais do que seis famílias e agentes externos, vindos da comunidade do Puraquequara e do recém criado bairro do Coroado. Aqueles desenvolviam a agricultura de roça (mandioca, banana, fruteiras), e o extrativismo animal e vegetal (caça, pesca, lenha, buriti, açaí, etc.). (LIMEIRA-SILVA e NODA, 2010, p. 4).

O surgimento do bairro Jorge Teixeira ocorreu há mais de vinte e cinco anos. O Bairro foi criado oficialmente sob a administração do então prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, em 14 de março de 1989, com solenidade e a presença de autoridades municipais, lideranças comunitárias e religiosas. Localizado na zona leste da cidade de Manaus e tem limite com os bairros: Cidade de Deus, Distrito Industrial II, Gilberto Mestrinho e Tancredo Neves. Sua área geográfica é de 15,5 km^2 e no território são identificadas 17 regiões divididas em oito loteamentos, quatro conjuntos, quatro comunidades e um território de invasão. O Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) considera ainda parte integrante desse bairro o conjunto Cidade de Deus 1ª e 2ª etapas, bem como o conjunto Nova Floresta, ainda que alguns moradores da localidade não o reconheçam ao indicar a sua residência.

Figura 1 – Anexo II do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus – destaque: bairro Jorge Teixeira.



Fonte:IMPLURB/ Prefeitura de Manaus.

O estudo histórico realizado pela SEAS indica que a fixação dos moradores nesta nova região da cidade se deu por meio de ocupações irregulares (invasões) e distribuição de lotes, o que resulta numa infraestrutura deficitária, que vai se agravando ao longo do período de expansão do bairro, ao ponto de praticamente impossibilitar ações de melhorias por parte do governo estadual e municipal.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) apontam que o bairro Jorge Teixeira apresentou uma população residente de 112.879 habitantes, sendo o segundo mais populoso. Considerando o fator de crescimento populacional de 3,68, a projeção para o ano de 2015 é de 135.246 habitantes, o que o coloca na categoria de destaque entre os maiores bairros da capital amazonense. A seguir, a ilustração em tabela:

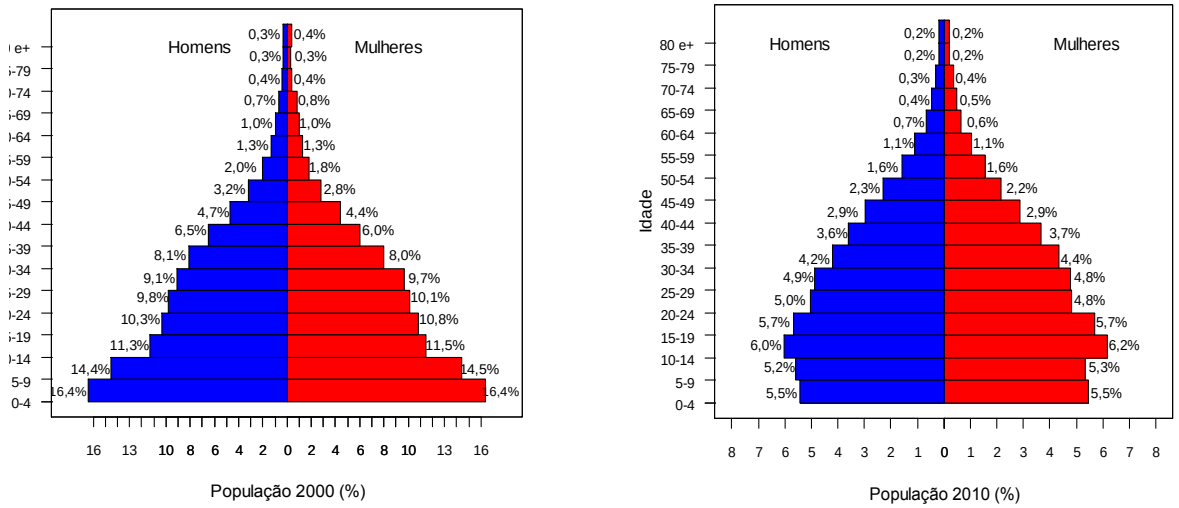
Tabela 1 – Projeção da população dos maiores bairros de Manaus:

Bairros	População 2010	População 2015
Cidade Nova	121.135	95.846
Jorge Teixeira	112.879	135.246
Novo Aleixo	96.611	128.760
Compensa	75.832	75.986
Cidade de Deus	70.142	93.483
São José Operário	66.169	58.557
Alvorada	64.621	63.704
Nova Cidade	59.576	79.401
Gilberto Mestrinho	55.347	64.979
Japiim	53.370	53.874

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores.

Ainda considerando o último ano censitário, constata-se que a população do Jorge Teixeira apresentou mudanças na proporção dos jovens e dos idosos, implicando no aumento do primeiro, em detrimento da diminuição do segundo. Já a razão de adultos sofreu pouca alteração, embora seja clara a tendência para o decréscimo já que os até então jovens dessa população estão aumentando. Nos anos de 2000 e 2010 os jovens, em sua totalidade, obtiveram um crescimento demográfico na última década, o que deve levar em conta a redução da taxa de fecundidade no outro paralelo, fenômeno popularmente conhecido por "onda jovem".

Gráfico 1 – Pirâmides etárias da população do bairro Jorge Teixeira em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2000) (2010).
Elaboração: SEAS/AM.

Ao comparar os resultados do ano de 2010 com 2000, percebe-se que o Jorge Teixeira apresenta a proporção mais baixa de mulheres que tiveram filhos na adolescência (15-17) e o maior número de filhos, fato que não causa surpresa visto que em 2010, em relação a 2000, apresenta menor taxa de fecundidade.

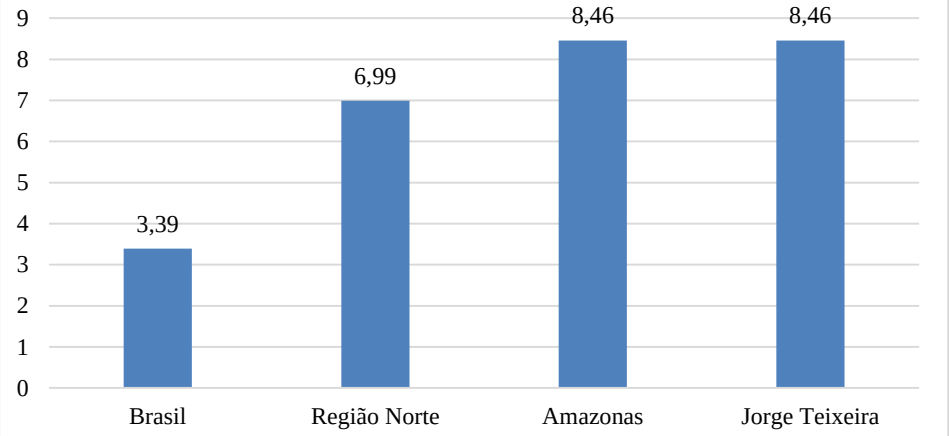
Tabela 2 - Indicadores sociodemográficos do Jorge Teixeira

Indicador	2000	2010
Fração de jovens	21	30,8
População feminina (15-17)	7.636	11.296
Mulheres que tiveram filhos (15-17)	674	694
Mulheres que tiveram filho (15-17) (%)	8,82	6,14
Taxa de fecundidade	3,34	2,70

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: SEAS/AM.

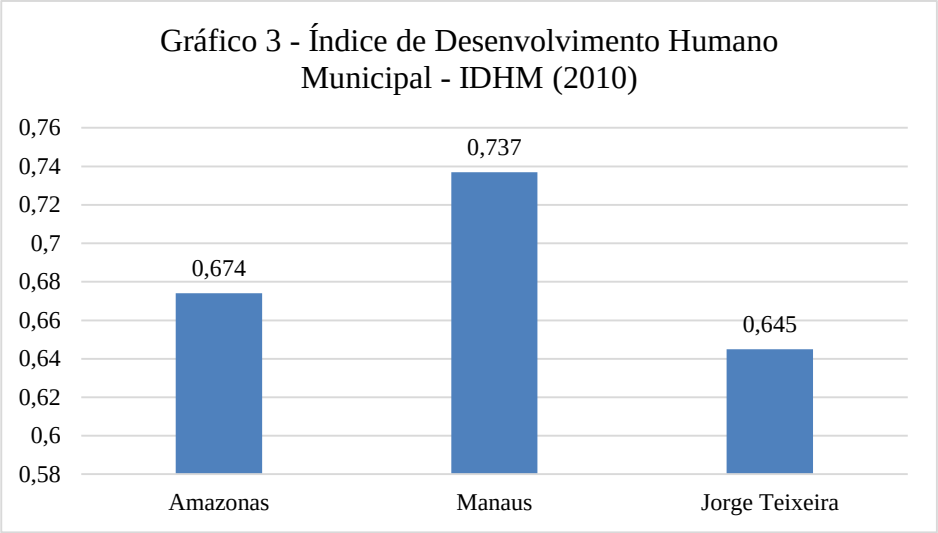
Dados do IBGE 2010 demonstram que, em se tratando do percentual de óbitos de pessoas com menos de 01 (um) ano de vida, que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010, é possível constatar uma linha crescente, quando comparados os índices do Brasil: 3,39, com a Região Norte: 6,99 em se tratando do estado do Amazonas e o bairro Jorge Teixeira, aqui empatados com 8,46 cada um. Um estudo aprofundado, por exemplo, na área de saúde poderia verificar dentre as possíveis causas: o alcance das ações de acompanhamento do pré-natal de mulheres grávidas, a cobertura das vacinações, as condições sociofamiliares no atendimento das demandas iniciais de vida dos recém-nascidos, entre outros, até então não consideradas neste artigo.

Gráfico 2 – Percentual de óbito de pessoas <1 ano - 2010



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: os autores.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) consiste na média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. A média obtida é ordenada por "faixas do desenvolvimento humano", no qual a referência 0,000-0,499 é Muito Baixo; 0,600-0,699 é Médio e 0,800-1,000 é Muito Alto. Notadamente, quanto mais próximo de zero menor é índice de desenvolvimento e quanto mais próximo de um, melhor é o índice de desenvolvimento humano. Nesse sentido, denota-se que o ranqueamento do IDHM obedeceria a sequência crescente do bairro Jorge Teixeira (0,645), seguido pelo estado do Amazonas (0674) e finalmente a cidade de Manaus (0,737). Uma das prováveis causas para o resultado de Manaus se justificaria pelo fato de a capital concentrar maiores recursos, considerando principalmente a arrecadação resultante dos incentivos ao Polo Industrial de Manaus (PIM).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Em se tratando da Educação, umas das dimensões que compõem o IDHM, o bairro Jorge Teixeira é atendido por 47 escolas, sendo 41 delas pertencentes à rede municipal de ensino e as 06 unidades restantes da rede estadual.

Os locais de convivência familiar e comunitária existentes no Jorge Teixeira guardam uma característica forte de precariedade, especialmente pela própria falta de manutenção e cuidados, do próprio poder público, como também da comunidade que em determinados aspectos não demonstra com tanta veemência o sentimento de pertencimento e preocupação com o bem-comum. Como resultado, esses espaços que deveriam ser ocupados em uma convivência saudável é usualmente depredado e abandonado, acarretando a ocupação de agentes interessados em cometer práticas delituosas. Abaixo, algumas imagens obtidas nas mídias sociais oficiais das associações comunitárias:

Figura 2 - Imagens de espaços públicos do Jorge Teixeira





Praça de alimentação do Anfiteatro



Escola Municipal Rosa Sverner



Anfiteatro



Praça de alimentação do Anfiteatro



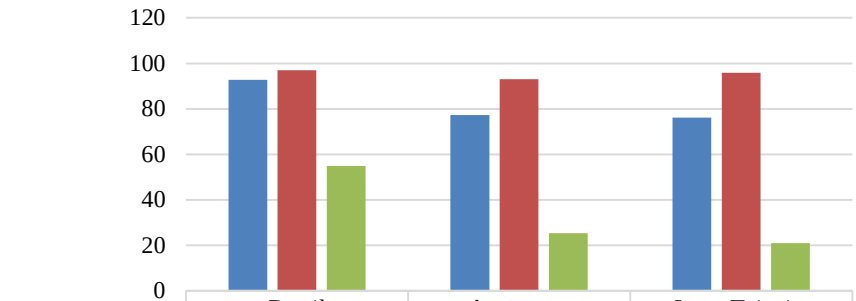
Culto em quadra poliesportiva

Moradia em madeira, frequente no bairro

Fonte: Lideranças comunitárias (2015 e 2016).
Elaboração: os autores.

Quanto aos serviços das concessionárias, o acesso à água encanada tem o menor resultado no Jorge Teixeira (76,19), além de possuir menor taxa de coleta de esgoto de (20,9), ficando à frente do Amazonas (92,98). Tais resultados chamam novamente a atenção para a precariedade de atendimento de serviços essenciais à promoção da qualidade de vida dos habitantes do bairro, que manifestam em suas falas a insatisfação com o tratamento de abandono ofertado pelas concessionárias responsáveis, como também pela falta de fiscalização mais efetiva por parte do governo local, que igualmente possui responsabilidades na falta do atendimento (quando é o caso), ou na sua oferta abaixo da cobertura ou qualidade esperadas pela população. Situação que, infelizmente, muito recorrente nas áreas mais distantes do centro da capital, sem dúvida alguma mais privilegiada em muitos aspectos.

Gráfico 4 - Domicílios atendidos pelos serviços de água, coleta de lixo e esgoto



	Brasil	Amazonas	Jorge Teixeira
Água encanada	92,72	77,32	76,19
Coleta de lixo	97,02	92,98	95,78
Esgoto	54,92	25,31	20,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

2.2 VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE FAVORECEM A VIOLÊNCIA INTENCIONAL

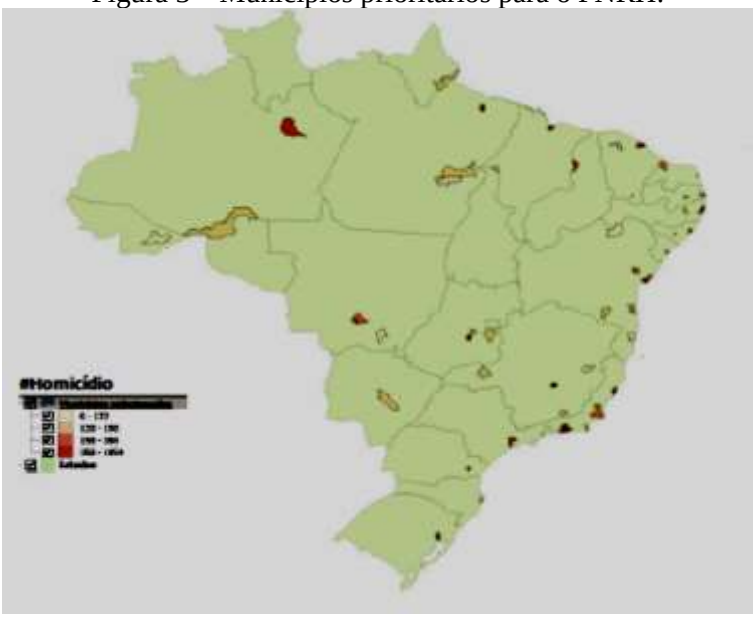
Desde o início de 2015 o Ministério da Justiça (MJ) começou as discussões acerca dos altos índices de mortes no país. A partir de então, envolveu a sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e com a colaboração de especialistas acadêmicos e outras instituições do Governo Federal, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que tem lançado notas técnicas, tem construído um planejamento o qual atribuiu o nome "Pacto Nacional pela Redução de Homicídios" (PNRH). Além da própria versão preliminar do Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (2015), também foram divulgados os Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (2016) o qual traz uma valiosa análise da correlação entre os indicadores multidimensionais de educação e a taxa de homicídio nos municípios brasileiros, como também o efeito da educação sobre crimes, evidenciando a necessidade de discutir esse tema "para além" da própria segurança pública e/ou do poder judiciário. Empreendendo enfim a transversalidade de estudos e reflexões que um fenômeno tão complexo exige, a ideia também se fortalece no intuito de otimizar os esforços e recursos (financeiros e não), nas localidades mais vulneráveis a violência:

> Com tal diagnóstico, se possibilita a concentração de escopo e as energias dos atores do Estado e da sociedade civil no objetivo de tentar mudar a realidade dessas crianças e jovens exatamente nos lugares e comunidades onde essa necessidade é mais urgente.

> Além disso, indicamos quais as dimensões necessitam de mais atenção, ao mesmo tempo em que oferecemos uma métrica que possibilita o acompanhamento dos resultados. (CERQUEIRA, 2016, p. 7).

A atenção voltada para as crianças e jovens encontra base na Teoria Interacional THORNEBERRY (1996) apud CERQUEIRA (2016) que evidencia que "o crime segue um ciclo que se inicia na pré-adolescência, aos 12 ou 13 anos, atinge um ápice aos 20 anos e se esgota antes dos 30 anos", corroborado pela constatação diária de vitimização de pessoas jovens, sobretudo na faixa etária de 15 a 29 anos, os quais tanto agridem, quanto são eles próprios vitimados.

Figura 3 – Municípios prioritários para o PNRH:

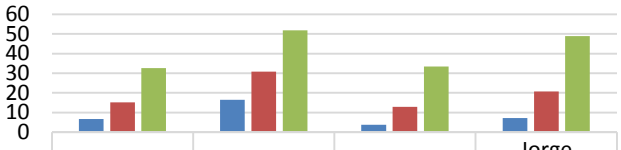


Fonte: Sinesp/Senasp/MJ.
Elaboração: Diest/Ipea.

Seguindo essa lógica, no qual está evidente que a criminalidade violenta e a delinquência requerem a coordenação de ações intersetoriais, é indispensável comprometer as áreas de educação, saúde, habitação, cultura, esportes e mercado de trabalho, entre outras, desde o diagnóstico situacional, até a construção de propostas, sua implementação e monitoramento. A fim de ampliarmos o alcance das reflexões neste trabalho, apresentaremos algumas importantes vulnerabilidades sociais que guardam relação com a incidência de mortes violentas, nesse momento o tema central da construção de duas importantes (e esperadas) políticas governamentais, na esfera do Governo Federal, bem como do estado do Amazonas. Ainda que o PNRH tenha elegido o município de Manaus como área de interesse, por concentrar a grande maioria dos homicídios de todo o estado, os dados estatísticos a serem analisados denotam o bairro Jorge Teixeira, escolhido para o piloto da implantação futura do programa TPV.

Desde os primórdios da existência humana na Terra, que o trabalho exercido pelo Homem ocupa um lugar importante para o seu convívio social. Muito além da subsistência dos seus pares, o ser humano exerce uma atividade laboral para atestar a sua "utilidade" na sociedade em que vive. Para isso, boa parte dos anos de estudos que acumulará já guarda a carga de responsabilidade do exercício de uma profissão. Isso, é claro, pensando em um indivíduo que tenha uma trajetória linear, sem percalços como por exemplo a dura escolha entre prosseguir a sua escolaridade ou ingressar no mercado de trabalho precocemente, por uma necessidade objetiva de sobrevivência. Trabalho, renda qualificação, são alguns dos aspectos diretamente relacionados a esse assunto, o qual apresentamos o cenário:

Gráfico 5 - Percentual de pobreza - 2010

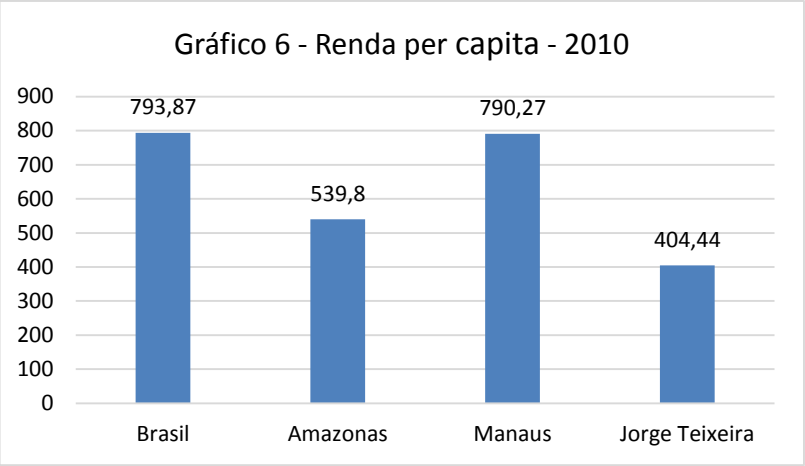


	Brasil	Amazonas	Manaus	Jorge Teixeira
Percentual de pobreza - 2010 % extremamente pobres	6,62	16,43	3,75	7,15
Percentual de pobreza - 2010 % pobres	15,2	30,78	12,9	20,69
Percentual de pobreza - 2010 % vulneráveis à pobreza	32,56	51,78	33,5	48,96

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

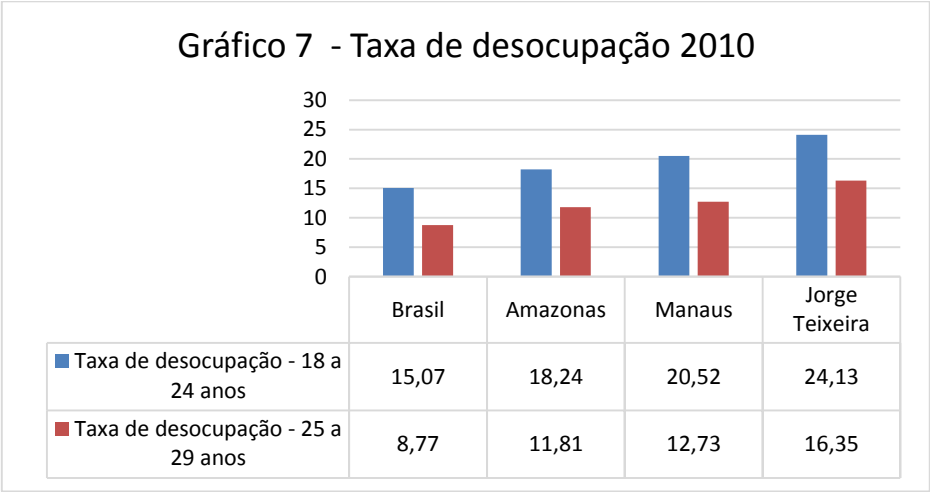
Observa-se que o bairro Jorge Teixeira possui um elevado percentual de vulneráveis à pobreza (48,96), além do 2º maior percentual de pobres e extremamente pobres (20,69 e 7,15, respectivamente). Considerando esses aspectos, não é uma surpresa que seus habitantes possuam grande necessidade de exercer uma atividade que possa lhe prover os meios da própria sobrevivência.

Como são fatores que se inter-relacionam, a renda per capita é a mais baixa, se comparada as apresentadas no país, no Amazonas e na capital amazonense.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade e risco social das pessoas residentes na localidade, o Jorge Teixeira também possui as maiores taxas referentes a desocupação de pessoas entre 18 a 24 anos (24,13), como também dos desocupados na faixa etária de 25 a 29 anos (16,35). Não por coincidência essa é a referência de idade dos autores de homicídios no Brasil, como também das próprias vítimas. Muitos de nossos jovens estão perdendo suas vidas precocemente.

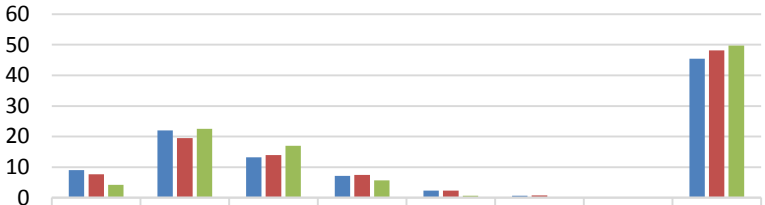


	Brasil	Amazonas	Manaus	Jorge Teixeira
Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	15,07	18,24	20,52	24,13
Taxa de desocupação - 25 a 29 anos	8,77	11,81	12,73	16,35

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), referentes ao rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade trazem a maior taxa de pessoas sem rendimento algum (49,7), seguida pela taxa daquelas que recebem entre meio salário mínimo a 1 salário mínimo (22,57).

Gráfico 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal

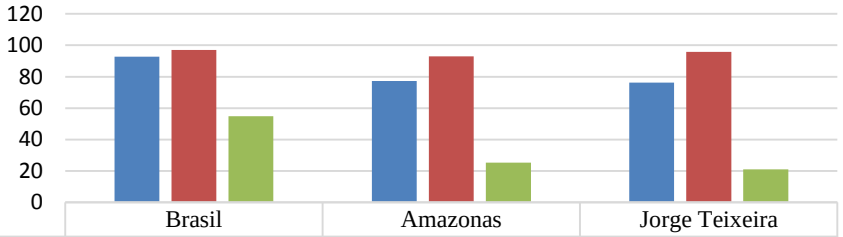


	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Norte	9,04	21,96	13,22	7,18	2,31	0,65	0,23	45,42
Amazonas	7,64	19,47	13,93	7,45	2,3	0,72	0,28	48,2
Jorge Teixeira	4,27	22,57	16,97	5,7	0,68	0,09	0,02	49,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

O gráfico 9 demonstra os domicílios atendidos pelos serviços de fornecimento de água encanada, coleta de lixo e esgoto. Aqui destaca-se que o Jorge Teixeira apresentou a menor taxa de esgoto, esse fator representar riscos reais a saúde da população local, além de poder a vir contribuir com a degradação da natureza no território.

Gráfico 9 - Domicílios atendidos pelos serviços de água, coleta de lixo e esgoto



	Brasil	Amazonas	Jorge Teixeira
Água encanada	92,72	77,32	76,19
Coleta de lixo	97,02	92,98	95,78
Esgoto	54,92	25,31	20,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Boa parte da ocupação do bairro ocorreu de maneira irregular, as populares “invasões” que ocorrem até a atualidade na cidade de Manaus. Essa ausência de planejamento urbano resultou na pouca disponibilidade de áreas para a implantação de melhorias, como por exemplo a criação de novos espaços para a realização de atividades de esporte e lazer, como também culturais. É importante destacar que oportunizar isso às pessoas, além de assegurar seus direitos garantidos, é uma importante estratégia para resgatar vínculos fragilizados, além de fortalecer

os vínculos familiares e comunitários. Atividades culturais, por exemplo, não existem somente para “entreter” o espectador, mas, principalmente para contribuir com sua formação humana, o que naturalmente poderá refletir na maneira como esse sujeito interage em seu meio social e as relações diversas que o compõem.

Outra ênfase necessária, refere-se ao comprometimento de alguns membros da própria comunidade, que realizam projetos sociais locais, muitas vezes sem contar com aporte financeiro algum, mas ainda assim realizando ações que significam um verdadeiro refrigério ao sofrimento e/ou dificuldades do próximo. A população age na lacuna deixada pelo poder público, mas esse segundo necessita retomar o seu lugar de ente responsável, e potencializar tais ações, por meio de parcerias que podem significar ganhos aos moradores e ao próprio executivo. A seguir algumas imagens que refletem tais necessidades:

Figura 3 - Imagens do cotidiano no bairro Jorge Teixeira



Campo de futebol de areia comunitário



Atividade Zumba



Prática de jiu-jitsu



Jogo de capoeira



Degradação ambiental



Ruas de acesso precárias

Fonte: Lideranças comunitárias (2015 e 2016).
Elaboração: os autores.

Dados da Prova Brasil (2013) apud Anuário de Segurança Pública (2015), 16,3% dos diretores de escolas públicas identificaram a presença de armas brancas entre alunos, no Distrito Federal e no Amapá, esse fato foi apontado por 1 entre cada 3 diretores. Isso torna claro que a violência que circunvizinha as escolas está conseguindo adentrar seus espaços e inibir a frequência de alunos (que já possuem outros tantos desafios para continuar estudando), como também afugentam os servidores lotados nos estabelecimentos escolares inseridos nas chamadas "zonas vermelhas". No ano seguinte (2014), uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular apontou que dentre os entrevistados, 73% identificou ainda a existência de um grau elevado de violência nas escolas: "um em cada quatro brasileiros apontou a falta de segurança e a violência nas escolas como o principal problema da educação pública no Brasil" PRÖGLHÖF (2015) apud FBSP (2015).

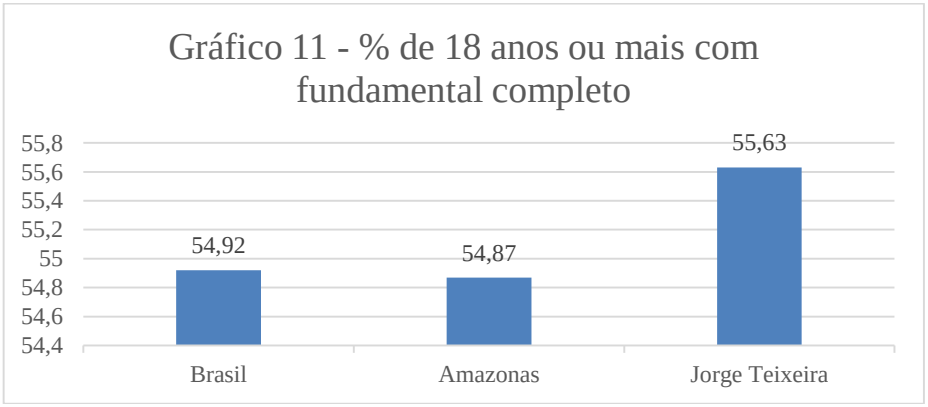
Existem ainda graves depoimentos acerca da circulação de armas brancas e até mesmo de fogo nas escolas, outros relatos marcam a incidência de agressões contra professores e outros funcionários das escolas. Por isso, é indispensável que as polícias realizem um trabalho de patrulhamento ostensivo, rondas escolares e também a realização de palestras nas escolas, a exemplo do elogiado Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).

Quanto aos níveis de escolaridade, apresentamos os seguintes dados:



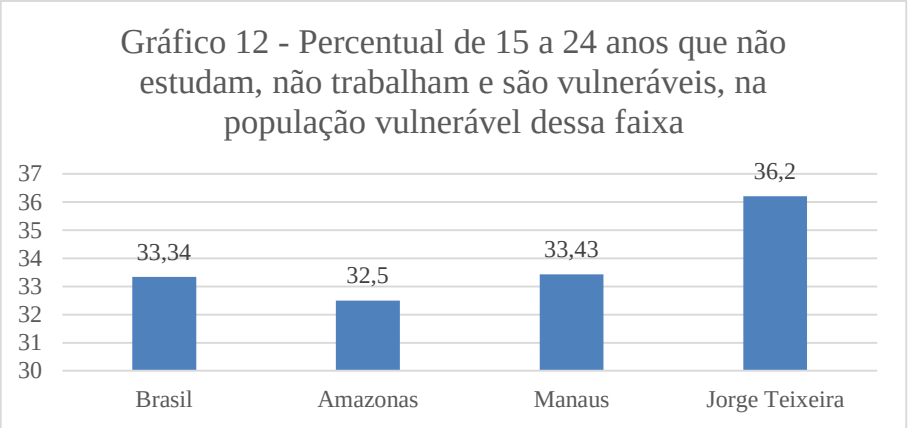
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

CERQUEIRA e MOURA (2014, 2015) apud CERQUEIRA (2015) nvestigaram o efeito causal das oportunidades no mercado de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros. Para isso, utilizaram um modelo com variáveis instrumentais a fim de obter estimativas consistentes dos efeitos causais. Segundo eles, "a maior oportunidade tanto educacional quanto no mercado de trabalho é um elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio nos municípios brasileiros", e ainda: **para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídio do município** (grifo nosso).



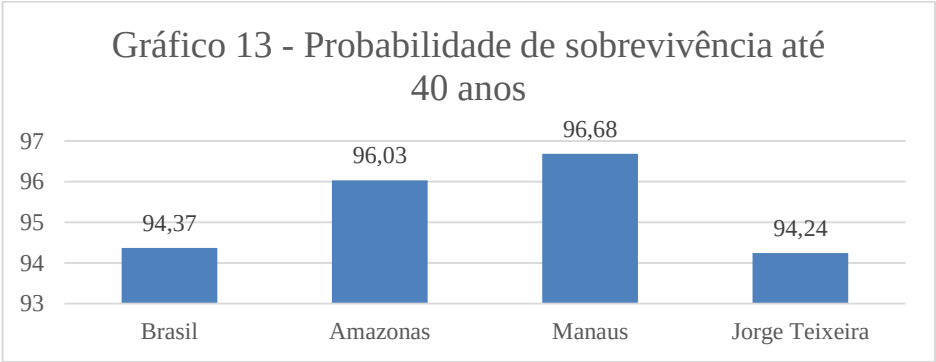
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Os mesmos autores fizeram ainda uma estimativa contrafactual para um cenário em que todos os indivíduos com 15 anos de idade ou mais tivessem pelo menos ingressado no primeiro ano do ensino médio. "O resultado do exercício econométrico aponta que o número de vidas poupadas seria de 22.442, o que representaria uma queda de 42,3% no número de homicídios no país", CERQUEIRA (2015).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Obviamente, isso não significa que bastaria apenas aumentar a oferta de vagas escolares para o ensino médio para atingir a redução de 42,3% dos homicídios no Brasil. Não! Esse problema é muito complexo para ser resolvida com uma isolada ação. Até porque uma quantidade de jovens ainda assim não frequentará a escola, seja por considera-la desinteressante, ou até mesmo por estar vivendo uma trajetória em que a escola já não cabe mais nela. Frisamos a necessidade de ações interdisciplinares e transversais para que se atribua aos estudos o significado que os jovens almejam. É inaceitável que 36,2% de jovens não estudem nem trabalhem, mantendo-se o *status quo* dos riscos sociais.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Por fim, e não menos importante, destacamos os homicídios de mulheres como merecedora de grande atenção, cuidados e proteção. O histórico apresentado no Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil relembra que há nove anos (agosto, 2006), era sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, visando incrementar e destacar o rigor das punições para esse tipo de crime.

Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações

específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.). A existência desses dispositivos legais por si só não têm garantido a proteção de mulheres, o que traz à tona a necessidade de implementação de ações educativas à sociedade, a fim de quebrar uma cultura de tolerância à violência que solidificou nas pessoas.

Tabela 3 - Número de homicídio de mulheres – Brasil e AM, 2010 a 2014:

Unidade da Federação	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	4.465	4.512	4.719	4.762	4.757
Amazonas	65	81	118	96	79

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil

Tabela 4 - Homicídios ocorridos na cidade de Manaus em nos anos de 2012 a 2015.

ANO	QUANTITATIVO
2012	75
2013	56
2014	47
2015	75

Fonte: SSP – Secretaria de Segurança Pública (2016)

Tabela 4 - Homicídios ocorridos no bairro Jorge Teixeira nos anos de 2012 a 2015.

ANO	QUANTITATIVO
2012	8
2013	0
2014	2
2015	3

Fonte: SSP – Secretaria de Segurança Pública (2016)

3. CONCLUSÃO

O diagnóstico do bairro Jorge Teixeira, notadamente a área de maior concentração de mortes violentas intencionais do Estado do Amazonas é de uma riqueza de dados surpreendente.

Lançando mão de diversas fontes de dados oficiais, esse verdadeiro raio X permite observar e refletir a violência intencional para além do aspecto quantitativo. Obviamente os números não deixam sombras de dúvidas a respeito das diversas problemáticas sociais que afetam aos moradores daquele bairro, mas, de uma maneira muito transparente e técnica, permite ao seu leitor a oportunidade de conhecer as características qualitativas da problemática que se pretende enfrentar. O Programa TPV será lançado brevemente no AM, ainda que as Secretarias e Instituições integrantes da rede de proteção social que se pretende instituir, já estejam trabalhando há pelo menos um ano. Embora a população amazonense esteja ávida por

vivenciar seu pleno funcionamento, é importante ressaltar que esse programa tem-se desenhado a partir de estudos e uma construção pactuada, o que certamente trará bons frutos para a administração pública.

Outro aspecto louvável é que, se as atividades que serão desenvolvidas no programa realmente estiverem alicerçadas no rico diagnóstico elaborado pela SEAS, significará o avanço das proposituras meramente intuitivas, para as verdadeiramente ditas técnicas. Observar uma localidade tão carente de educação, esporte, lazer, cultura, trabalho, renda entre outros aumenta ainda mais a expectativa social. O diagnóstico em si não esgota as possibilidades de discussão, mas, inquestionavelmente, é um excelente ponto de partida para o planejamento de uma política governamental sólida, eficiente e sustentável, para então contribuir para interromper o crescimento da violência intencional, progredir para sua redução gradativa, e preservar a vida humana – maior bem ao qual o programa compromete-se em zelar.

Este trabalho representa um marco inicial de discussões que serão aprofundadas à medida que as políticas de prevenção e redução de homicídios nele descritos avancem, o qual serão acompanhadas com grande interesse pelos autores.

4 REFERÊNCIAS

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x Cidade: o papel do Direito Urbanístico na violência urbana.** 1. ed. – São Paulo: Marcial Pons; Brasília, DF: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2014.

CERQUEIRA, Daniel [et al.]. **Nota Técnica nº 17: Atlas da Violência 2016.** Brasília: IPEA, 2016.

CERQUEIRA, Daniel [et al.]. **Nota Técnica nº 18: Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.** Série Pensando Direito. Brasília: IPEA, 2016.

CIOPS-MA, Centro Integrado de Operações de Segurança do Estado do Maranhão. **Metodologia para aferição de crimes violentos letais intencionais – CVLI e outras mortes**. 2013. Disponível em <http://www.ciops.ma.gov.br/site2014/images/metodologia-para-afericao-de-crimes-violentos-letais-intencionais-e-outras-mortes.pdf>. Acessado em 10 jun 15.

ENGEL, Cíntia Liara [et al.]. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

HERMES, Ivenio. **CVLI: A Nomenclatura e Suas Estatísticas Valorizadoras da Vida**. 2014. Disponível em: < http://j.mp/1u8P4Sj >. Publicado em: 21 jul. 2014.

MACÊDO, Andréia de Oliveira. **"Polícia, quando quer, faz!" Análise da estrutura de governança do "Pacto pela Vida" de Pernambuco**. Dissertação apresentada no Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2012.

MARTINS, Marinete Barroso. **Planejamento de intervenção de educação ambiental com professores, alunos e representações sociais na escola municipal professor Álvaro Valle - bairro**

Jorge Teixeira III etapa - zona leste, Manaus-Am. Revista Educação Ambiental em Ação. Número 48, Ano XIII. Junho-Agosto/2014. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=181. Acessado em 22 mai 2015.

MELO, Doriam Luis Borges; CANO, Ignácio. **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: novos paradigmas. (Série IDP: pesquisa acadêmica). São Paulo: Saraiva, 2014.

PERNAMBUCO. 2010. **Pacto pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública**, 2007. Disponível em: <http://www.pactopelavida.pe.gov.br/material-institucional/>. Acessado em 20 de jun 2010.

PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Guia do curso de convivência e segurança cidadã.** (Coletânea convivência e segurança cidadã: guias de gestão territorial participativa) – Brasília: PNUD, 2013.

QUEIROZ-LIMEIRA e SILVA, Ana Lígia; NODA, Hiroshi. **A organização do espaço dos moradores da área João Paulo II no bairro Jorge Teixeira: anseios, transição e adaptação**. Anais do I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, 2006.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. **O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro. Agosto 2014.Disponível em <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>. Acessado em 10 jun 15.

SEDES, Secretaria de Estado de Defesa Social. **Programa de Controle de Homicídios:** Fica Vivo! Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>. Acessado em 10 jun 2015.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório conciso: alcançar os marginalizados.** Impresso no Brasil: Edições UNESCO, 2010.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório conciso: ensinar e aprender – alcançar a qualidade para todos.** Edições UNESCO, 2013.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Guia municipal de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens**. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2012.

VARGAS GIL SOUZA, Carmem Zeli. **Juventude e contemporaneidade**: possibilidades e limites. Última década, Santiago, v. 12, n. 20, 2004. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071822362004000100003&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 17 jun 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: Os jovens do Brasil. Brasília: FLACSO, 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014: homicídios e juventude no Brasil - atualização 15 a 29 anos.** Série Juventude Viva. Brasília, 2014. Disponível em: disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva. Acessado em: 16 mar 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** 1ª edição. Brasília: FLACSO-Brasil, 2015.Disponível em:www.mapadaviolencia.org.br. Acessado em: 16 mar 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo.** Série Juventude Viva. Brasília, 2015. Disponível em: disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva. Acessado em: 16 mar 2016.